

Ser exilada na Argélia: reflexões a partir das memórias de três mulheres brasileiras (1969-1979)

*Débora Strieder Kreuz**

Cuadernos de Historia. Serie economía y sociedad, N° 29, 2022, pp. 173 a 198.
RECIBIDO: 25/02/2022. EVALUADO: 13/03/2022. ACEPTADO: 31/03/2022.

Resumen

Este artículo pretende analizar la trayectoria en el exilio de tres mujeres brasileñas que pasaron por Argelia entre 1969 y 1979: Ana Angélica Lins de Albuquerque Melo, Carmen Helena Barbosa do Vale y Yara Regina Gouvêa. Vamos a tratar de entender, a través de las narraciones orales, cómo recuerdan el período: desde las estrategias para salir de Brasil, para vivir en un país muy diferente, así como las formas de resistencia elaboradas a partir de entonces y el proceso de retorno. Prestaremos atención, sobre todo, a la forma en que se articula el género en su proceso de rememoración. Así, esperamos contribuir al debate sobre el exilio y sus múltiples posibilidades de análisis, considerando que sólo recientemente ha ganado espacio en la historiografía brasileña.

Palabras clave: exilio – Argelia – mujeres

Resumo

O artigo buscará analisar a trajetória no exílio de três mulheres brasileiras que passaram pela Argélia entre os anos de 1969 e 1979: Ana Angélica Lins de Albuquerque Melo, Carmen Helena Barbosa do Vale e Yara Regina Gouvêa. Buscaremos compreender, a partir de narrativas orais, como as mesmas rememoram o período: desde as estratégias para a saída do Brasil, viver em um país sobremaneira diferente, bem como as formas de resistência elaboradas a partir de então e o processo de retorno. Atentaremos, sobretudo, para a forma com que o gênero é articulado no seu processo de rememoração. Assim, espera-se contribuir para o debate sobre o exílio e suas múltiplas possibilidades de análise, tendo em vista que, só recentemente, o mesmo tem ganhado espaço na historiografia brasileira.

Palavras-chave: exílio – Argélia – mulheres.

* Universidade Estadual do Piauí y Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: debora_kreuz@yahoo.com.br

Summary

The present work aims to analyze the trajectory in exile of three Brazilian women who passed through Algeria between 1969 and 1979: Ana Angélica Lins de Albuquerque Melo, Carmen Helena Barbosa do Vale and Yara Regina Gouvêa. We will seek to understand, from oral narratives, how they remember the period: from the strategies for leaving Brazil, living in a different country, as well as the forms of resistance developed and the return process to the birthplace. We will pay attention, above all, to the way in which the gender is articulated in its memories. Thus, it is expected to contribute to the debate on exile and its multiple possibilities of analysis, considering that, only recently, it has won space in Brazilian historiography.

Keywords: exile – Algeria – women



Considerações introdutórias

Em 1º de abril de 1964 a insipiente experiência democrática que vinha se desenrolando no Brasil desde 1946 sofreu um golpe: com apoio de grandes conglomerados econômicos, da embaixada dos Estados Unidos no Brasil e de classes médias, setores militares depuseram o então presidente João Goulart e uma ditadura, que perduraria pelos 21 anos seguintes,¹ foi instaurada. Com a finalidade de barrar as reformas sociais em curso, ainda que tímidas, o anticomunismo decorrente da Guerra Fria fez com que toda a América Latina caísse sob o domínio de representantes do capital e se inaugurasse um novo momento nessas sociedades.

Imediatamente após o golpe se iniciou uma onda de perseguições, prisões arbitrárias, cassações de mandatos, expurgos, torturas e desaparecimentos. Como uma estratégia

¹ Para uma visão panorâmica sobre a ditadura brasileira, consultar Alves, 1984. Para conhecer os diferentes grupos de resistência, consultar Gorender, 2014.

de sobrevivência, milhares² de brasileiros foram para o exílio e, a partir de então, novas formas de resistência, ou tentativas de retorno para o Brasil, passaram a ser articuladas.

Tendo em vista esses pressupostos iniciais, o presente texto buscará analisar a trajetória no exílio de três mulheres brasileiras que, em diferentes momentos da ditadura, tiveram que sair do Brasil e passaram um período na Argélia:³ Ana Angélica Lins de Albuquerque e Melo,⁴ Carmem Helena Barbosa do Vale⁵ e Yara Regina Gouvêa.⁶ A partir de relatos orais e de obras de memória, buscaremos compreender a maneira como a vida no exílio é rememorada, atentando para a forma com que o gênero aparece nas narrativas.

Para tal, necessitamos, de forma introdutória, realizar alguns apontamentos sobre as diferentes categorias que permeiam essa reflexão. A primeira delas é o exílio: durante algum tempo, esse tema ocupou uma espécie de “não-lugar”⁷ na historiografia das ditaduras latino-americanas, tendo em vista que foi considerado mais importante, com o legítimo objetivo de buscar responsabilizar os agentes que violaram direitos humanos, conhecer o que havia acontecido em território nacional, pois em alguns casos a saída do país também foi vista como abandono da luta. No caso brasileiro, mesmo os militantes que foram trocados por autoridades diplomáticas em ações

² Não é possível quantificar exatamente o número de exilados. A estimativa da Comissão Nacional da Verdade (CNV) é de que o número gira em torno de 10.000 pessoas.

³ A Argélia é um país do norte do continente africano e, entre 1954 e 1962, viveu uma guerra de libertação nacional em relação à França, que a ocupava desde meados do século XIX. A partir de então iniciou um processo de construção de um modelo sócio-político que denominou de “socialismo árabe”, que fez com que exilados de diversos movimentos de libertação passassem a estar no seu território, tendo em vista a liberdade de articulação. Os primeiros exilados brasileiros chegaram ao país em 1965. Para maiores informações, consultar: Yazbek, 2010.

⁴ Nascida em Recife, PE, formou-se em Arquitetura e, em 1968, mudou-se para o Rio de Janeiro para cursar o mestrado, onde conheceu seu futuro esposo, Maurílio Ferreira Lima, então deputado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Participava da política estudantil de maneira ampla. A entrevista com Ana aconteceu na sua residência em Recife em 20 de julho de 2019 e durou cerca de 3 (três) horas.

⁵ Nasceu em Governador Valadares, MG, e, já durante a ditadura, quando era estudante do curso de Farmácia na UFMG, iniciou sua militância no movimento estudantil. Em fins de 1968, milita na Política Operária (POLOP) e depois na Vanguarda Popular Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). A entrevista aconteceu em sua residência em Governador Valadares em 26 de fevereiro de 2019 e durou 2 (duas) horas.

⁶ Natural de Campinas, SP, iniciou a militância próximo a grupos vinculados à Igreja Católica, também participando do movimento estudantil. Assim, se aproximou da Ação Popular (AP). Esteve no Congresso de Ibiúna, sendo presa quando o mesmo foi descoberto pela repressão. Yara, 2019.

⁷ Jensen, 2011.

promovidas por grupos revolucionários,⁸ intentavam, a todo custo, retornar para dar continuidade à luta, pois a compreensão predominante era que, do exterior, muito pouco se podia fazer. Contudo, recentemente, essa compreensão vem se alterando, sobretudo a partir da análise das produções de denúncia promovidas pelos exilados, o que Jensen e Lastra denominam de “denúncia humanitária”, por meio do ativismo transnacional, que aconteceu, sobretudo, por meio das chamadas “redes de solidariedade” que se estabeleceram a partir de uma “cultura militante sem fronteira”.⁹

Tendo em vista o exposto, compreenderemos o exílio como uma estratégia de “exclusão institucional”¹⁰ promovida pela ditadura, cujo objetivo, a partir das premissas de “inimigo interno” e “fronteira ideológica”,¹¹ era fazer com que saíssem do país aqueles considerados indesejados. Contudo, ao fazer a análise desse fenômeno precisamos atentar que o mesmo também se constituiu em um novo espaço de atuação, devido às diferentes formas de denúncia que foram realizadas. Por isso, precisamos compreendê-lo a partir do binômio repressão-resistência, tendo em vista que, mesmo no exterior, os órgãos de monitoramento vinculados à ditadura continuaram a atuar: no caso específico brasileiro com a criação do Centro de Informações do Exterior (CIEEx),¹² que buscava vigiar as comunidades exiladas em diferentes países e estas estabelecendo novas formas de ação a partir da conjuntura específica dos locais de exílio.

A segunda categoria de importância para a reflexão é o gênero, compreendido, de acordo com Joan Scott (1995) como uma das primeiras formas de significar o poder, ou seja, estabelecer o que seria próprio do mundo masculino e feminino, analisando o que é atribuído, de forma relacional, a um ou outro. Historicamente, ao masculino relaciona-se a atuação no espaço público e características relacionadas à força,

⁸ Para saber mais sobre tais ações, consultar: Resende, 2019; Silva, 2020; Kreuz, 2021.

⁹ Ribeiro, 2014.

¹⁰ Sznajder & Roniger, 2013.

¹¹ De forma sintética, a partir da nova compreensão de conflito inaugurada pela Guerra Fria, a guerra não seria mais contra um inimigo de outra nação, mas sim ideológica, contra o comunismo, de forma que as fronteiras diluíam-se dentro do próprio território nacional. Para maior detalhamento, consultar Padrós, 2014.

¹² Para maiores informações sobre o CIEEx consultar: Penna Filho, 2008.

enquanto que ao feminino foi relegado o espaço privado e atuação com base no cuidado com os outros.¹³ Margareth Rago afirma que:

*Fundamentalmente, passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente.*¹⁴

Assim, a memória das entrevistadas, fonte para o trabalho, apresenta de diferentes maneiras a compreensão, já ressignificada pela passagem do tempo, do que foi viver em uma sociedade em que as marcas de gênero são latentes, estabelecendo relações, comparações e mesmo análises valorativas sobre o que é ser mulher.

Ainda é importante mencionar que a memória, enquanto categoria de análise, organiza os fatos vividos, estabelece explicações, silenciamentos e faz com que, muitas vezes, o vivido posteriormente, influencie na análise daquilo que está sendo contado.¹⁵ No caso das entrevistas realizadas, é importante pontuar que, como foram realizadas no ano de 2019, quando a Presidência da República brasileira já era ocupada por um admirador do período ditatorial, comparações entre o passado e o presente eram realizadas a todo momento, num visível exercício explicativo. Por fim, é importante mencionar que as narrativas não tinham como perguntas centrais¹⁶ às relacionadas ao gênero, de forma que intentamos, no trabalho, compreender como este permeou a forma com que a rememoração aconteceu.

Chegar até Argélia

Uma discussão que se coloca nos estudos sobre o exílio se relaciona com a voluntariedade do mesmo. Compreendemos que essa não se aplica, tendo em vista a

¹³ Essa é uma definição simples do que entendemos por gênero, situando as características que pensamos ser importantes para a compreensão do nosso objeto. Sabemos que a discussão é complexa, mas foge ao escopo do artigo. Também é importante pontuar que, no decorrer do texto, faremos apontamentos relacionados à interseccionalidade, tendo em vista que o gênero se articula com outras categorias de análise de opressão, como classe e raça. Para uma discussão mais aprofundada, consultar: Davis, 2016.

¹⁴ Rago, 1998: 92-93.

¹⁵ Pollak, 1989.

¹⁶ Pois foram realizadas em um contexto de pesquisa em que o objetivo era outro.

repressão, direta ou indireta, que se faz no momento da partida, como poderemos visualizar, ou seja, é impossível permanecer no país de origem.

A saída de Yara aconteceu após a sua prisão e os riscos que sofria caso permanecesse no Brasil. O argumento oficial para que partisse para Genebra, na Suíça, era de que, a partir de uma bolsa de estudos, seguiria no nível superior. Contudo, havia uma tarefa dada por organizações revolucionárias: fazer a denúncia, a nível internacional, do que acontecia no país. Nas suas palavras:

Quando eu chego na Suíça, eu vou com esta função: que era a função de denúncia. Tanto que logo, logo, eu tenho esse contato com o presidente da Anistia Internacional, que foi fundamental a partir daquele momento... a Anistia começa a dar uma atenção especial ao que se passava no Brasil. E começa a denunciar a tortura no Brasil. (...) E eu, claro, tentava divulgar um pouquinho o trabalho das organizações armadas na Europa. E contrapor a política do governo militar que dizia que eram um bando de terroristas.¹⁷

Paralelamente, realizou treinamento com membros da resistência francesa sobre falsificação de documentos e ações clandestinas: *“Que eu saiba eu fui a única brasileira a ter recebido a formação de resistente (...) por resistentes da Segunda Guerra Mundial. Eu fiz um curso completo. Completo. Eu me tornei na época (...) nem sabia dessa potencialidade (...) uma exímia falsificadora.”¹⁸* As constantes viagens para a França eram carregadas de tensão, mas poucos problemas foram enfrentados, como afirma: *“Eu sempre fiz missões arriscadíssimas e passei despercebida.”* Podemos pensar que o fato de ser uma jovem mulher pode ter feito com que não fosse percebida, o que aconteceu durante todo o seu exílio. É importante pontuar também que o exílio, para ela, foi o grande período de militância, tendo em vista que sua saída do Brasil se deu com esse objetivo. De acordo com Ribeiro: *“A saída do país conferiu maior mobilidade à militância no exterior, transformado o espaço do exílio numa área operacional de oposição à ditadura brasileira.”¹⁹* É importante pontuar que a saída da narradora teve esse objetivo, de forma que articulou diferentes estratégias de oposição à ditadura a partir do território europeu e depois, argelino.

¹⁷ Gouvêa, 2019.

¹⁸ Gouvêa, 2019.

¹⁹ Ribeiro, 2020: 105.

Em meados de 1970, Yara viajou para a Argélia com o objetivo de encontrar alguns dos “40” que recém haviam chegado ao país, sobretudo aqueles vinculados à VPR. Nesse momento conheceu Miguel Arraes e, em virtude do seu trabalho no continente europeu, se organizou mais uma frente de resistência, a expansão da Frente Brasileira de Informações:²⁰

*Surge a ideia de que eu faria uma antena da Frente Brasileira de Informações em cada país europeu. Não só em cada país europeu como estendemos as antenas também para os Estados Unidos, para Moscou, para a China e enfim... internacionalizamos a Frente Brasileira de Informações. O boletim seria feito em Argel e nós reproduziríamos os boletins.*²¹

A Frente Brasileira de Informações (FBI) ou Front, foi o boletim de denúncia da ditadura que mais circulou e alcançou notoriedade. Dossiês com relatos do que ocorria nas prisões do Brasil eram publicados, o que impactava a opinião pública internacional. Contudo, a permanência de Yara em território europeu se tornou insustentável após a articulação de um programa de TV na emissora Suisse Romande em que dois banidos, Apolônio de Carvalho e Ladislau Dowbor, mostraram as torturas que haviam sofrido. Houve uma pressão do governo brasileiro para que os mesmos fossem expulsos da Suíça e retornassem para a Argélia. Naquele momento, Yara sentiu que não poderia ficar mais em solo europeu, tendo em vista que se sentia constantemente vigiada. Afirma que:

*Existiam dois lugares onde eu poderia estar relativamente segura. Um era Argel e o outro era Havana. Pelo trabalho que eu tinha começado e sem avaliar muito o que isso poderia representar enquanto mulher e muito jovem... o fato da minha escolha... eu fui pra Argel.*²²

Percebemos que Yara, mesmo nos países socialistas, coloca a sua segurança como relativa, pois agências de espionagem, sobretudo a CIA, atuavam, embora não ostensivamente, nos países mencionados. Também, sua reflexão a posteriori sobre a ida para a Argélia, afirma que não conhecia suficientemente os códigos de gênero

²⁰ A Frente Brasileira de Informações (FBI) era um boletim de denúncias da ditadura brasileira, pensado inicialmente a partir de Argel. Em meados dos anos 1970 se descentralizou e passou a ser publicada em diferentes países. Para mais informações, consultar Cruz, 2011.

²¹Gouvêa, 2019.

²²Gouvêa, 2019.

daquela cultura tão díspar para ela, jovem, solteira e vinculada à projetos revolucionários. Na sua obra de memória, *Duas Vozes*, ela também reflete que, após o rompimento com as organizações de luta armada: “*A Frente Brasileira de Informação passa a ser o único motivo da presença de Sônia naquele mundo tão diferente do seu, tão dolorosamente diferente. Ser mulher ocidental em Argel não é fácil. O assédio nas ruas muitas vezes é penoso. Ela não usa véu.*”²³

Ou seja, a partida de Yara para o exílio, acontece porque a situação no Brasil não permitia que a mesma ficasse e seguisse, de forma tranquila, o curso da sua vida. Da mesma forma, a posterior transferência para a Argélia, tendo em vista que os órgãos de informação brasileiros também atuavam no continente europeu. O país africano então, tornou-se um destino possível e mais seguro naquele momento.

Diferentemente de Yara, Ana Angélica saiu do Brasil diretamente para a Argélia, junto com seu esposo Maurílio. Pode-se afirmar que, a partir dos “círculos concêntricos do medo”,²⁴ Ana sentiu que a repressão poderia recair sobre si após a prisão de duas companheiras de residência:

*Porque eu morava com duas colegas daqui... uma é irmã de um dos desaparecidos políticos. [...] Era Rosalina Santa Cruz. E a outra era Vitória Pamplona, que era uma psicóloga, que depois casou-se com Geraldinho Azevedo, compositor, cantor. Que naquela época também foi perseguido, tava com o grupo de Vandrê. Então no nosso apartamento era onde ensaiavam e tinha gente das organizações que elas pertenciam. Então as duas foram presas. Se eu tivesse lá, eu também seria, entendeu?*²⁵

Ou seja, mesmo que não tivesse militância orgânica, o medo, articulado com a iminente prisão do esposo, foram fatores determinantes para a saída, que no caso de Ana, deu-se legalmente, embora o visto para a Argélia não constasse no passaporte, mas sim, em um documento avulso.²⁶ Ou seja, oficialmente, iria para a França. Já seu marido teve que sair clandestino pela fronteira do Brasil com o Uruguai. A decisão pela Argélia se deu pelo fato de que Miguel Arraes lá estava:

²³ Sônia era o codinome utilizado por Yara, que havia sido dado por Apolônio de Carvalho.

²⁴ Padrós, 2005.

²⁵ Melo, 2019.

²⁶ Melo, 2019.

Como Dr. Arraes tava na Argélia e Maurílio tinha trabalhado com Arraes quando ele foi prefeito, aí muita gente disse “Porque você não vai pra Argélia?”. Aí ele me disse “Oh Ana, olha, tá pintando talvez... tô querendo ver a Argélia. O que que você acha?” Eu conhecia muito pouco da Argélia... eu sabia que era um país que tinha feito uma guerra, mas eu não tinha um conhecimento muito profundo. Mas aí disse “Vamos”. Né? Jovem né... qualquer coisa... achei até uma coisa meio romântica assim. Porque, país árabe, a gente tem aquela coisa de caravanas... deserto né... conhecer o Saara. Aí eu disse “Eu topo, eu vou”.²⁷

Percebemos, na fala de Ana, aspectos que Edward Said²⁸ chamou de orientalismo, ou seja, uma visão um tanto mítica e/ou estereotipada do que seria um país árabe, justificando com elementos do romantismo dos recém-casados e da juventude, que seria propícia para viver determinadas aventuras, embora estivesse com emprego garantido e com o apoio de Miguel Arraes. A chegada no país se deu após uma breve passagem pela Europa, numa viagem em que a gravidez do primeiro filho se apresentava e que, ser mulher em um navio cuja maioria dos passageiros era homem, fez com que fosse observada e, “isolada”, o que foi considerado positivo:

Argel fomos por navio. (...) Quando a gente vai se aproximando, eu enjoei terrivelmente, mas... A gente não vinha em cabine, a gente não sabia comprar direito os bilhetes. (...) A gente foi num negócio que era assim... um salão enorme, cheio de camazinhas assim... mas era, mais homens argelinos, sabe?. E quando ia chegando em Argel, foi assim... o dia amanhecendo. E esse pessoal, como eu tava enjoando muito, eles fizeram... nos isolaram assim, botaram uns lençóis pra eu ficar mais à vontade. Foram muito legais.²⁹

A chegada de Carmen ao país ocorreu alguns anos depois, no início de 1974, depois do golpe no Chile e a permanência, por alguns meses, na Argentina. A saída do Brasil, junto com seu companheiro de então, ocorreu quando sua organização armada já estava praticamente dizimada:

Até que chegou um momento em que já não tinha mais ninguém da nossa turma vivo. Não tinha mais ninguém.... Eu não queria que sair, mas tinha que sair. (...) A hora que atravessou a cordilheira... nossa mãe... aquela coisa bonita. Mas de repente, quando o carro parou, eu comecei ... eu saí e comecei a chorar, comecei chorar, comecei a chorar e o pessoal “Que que é foi?”. Aí uma senhora “Isso é comum minha filha, isso é o mal da altitude. Vem cá vem tomar um

²⁷ Melo, 2019.

²⁸ Said, 1990.

²⁹ Melo, 2019.

chá” Mas eu chorava sabe de que? Primeiro, toda a descarga. E segundo, eu não queria sair do país, não. Eu não queria sair.³⁰

Diferentemente de Ana Angélica, que percebeu a viagem como uma aventura, Carmen, após alguns anos de clandestinidade, viu sua realidade de então ruir. Pouco tempo depois ainda acompanharia o golpe em Salvador Allende e a perseguição a militantes que haviam se deslocado para a Argentina.³¹ A ida para a Argélia foi sugerida por outro militante, João Carlos Bona Garcia, intermediada por Miguel Arraes. O fato de Carmen e seu companheiro terem concluído o ensino superior, ela em Farmácia, ele em Medicina, colaborou para o deslocamento, tendo em vista a necessidade de técnicos que havia no país:

Aí o Bona falou “Gente, porque vocês não vão pra Argélia? Lá eles precisam de gente no domínio da saúde. Ai nós fomos e em dois dias a Argélia aceitou. Ai nós fomos pra Argélia.” (...) Então... Foi a ONU que pagou a passagem pra gente e tudo. Ai o papel de refugiado saiu rápido, não demorou. Ai nos levaram para... chamada... colônia de férias Ben Akenoun.³²

Para quem militava em alguma organização de resistência armada, o golpe no Chile foi um marco de derrota. Em muitos casos, considerou-se que aí iniciou “de verdade” o exílio, pois até então se pensava em voltar para o Brasil ou vivia-se em função do Brasil, tendo em vista os processos de denúncia constante do que aqui vinha acontecendo. No caso de Carmen, diferentemente de Yara e Ana, além de exilada, o estatuto de refugiada passou a outorgar-lhe outra identidade, além da de exilada, que perduraria até o retorno em 1979.

Percebe-se que as formas de chegada ao país eram variadas, embora tivessem a figura de Miguel Arraes como elemento em comum. Ou seja, ele era a referência para os/as brasileiros/as que intentavam chegar ao país magrebino. A Argélia, para as três mulheres, foi um destino de exílio que se apresentou como possível naquele momento: pela segurança e possibilidade de continuar as denúncias da ditadura, no caso de Yara, pela oportunidade de emprego, para Ana e Carmen, esta já desvinculada da sua organização. Na narrativa de Yara percebemos, nesse momento,

³⁰ Vale, 2019.

³¹ Em meados dos anos 1970 todo o Cone Sul ficou sob controle de ditaduras militares e, mesmo que ainda não formalizada, a colaboração repressiva entre as mesmas já estava acontecendo.

³² Carmen, 2019.

com mais intensidade os elementos de gênero, com destaque para ser uma mulher que circulava sem uma companhia masculina, o que fazia com que diferentes olhares para além fossem lançados. Maria Claudia Ribeiro³³ trouxe um caso em que o refúgio na Argélia solicitado por um casal que estava na Argentina foi negado por não serem legalmente casados. Ou seja, alguns empecilhos, sobretudo de ordem cultural, foram apresentados. Kreuz³⁴ apontou que o principal motivo para muitos deixarem a Argélia, foi o mesmo. Percebemos, por fim, que nenhuma das entrevistadas tinha o objetivo de deixar o Brasil, ou seja o exílio atuou como uma estratégia repressiva da ditadura.

A vida na Argélia

*Exílio é um tempo de manter a língua natal, manter os costumes. As reuniões e os amores ocorrem naquele círculo. Ao mesmo tempo, quando o exílio se prolonga – e como foi longo o tempo desse exílio do Brasil – impossível não viver aqueles outros países, mesmo sob o signo do provisório.*³⁵

As três exiladas cujas narrativas sobre a vida na Argélia analisamos viveram vários anos no país: quase uma década no caso de Yara e Ana e por volta de 5 (cinco) anos no caso de Carmen. Para Flávia Schilling³⁶ nos casos em que a espera para o retorno foi longa, era praticamente impossível não se inserir na dinâmica local. Assim, as três narradoras atuaram profissionalmente no país. Ana³⁷ e Carmen logo após a chegada e Yara posteriormente, quando foi aconselhada por Magdalena Arraes a diversificar sua atuação, tendo em vista que passava muito tempo trabalhando com relatos de tortura do que ainda acontecia no Brasil, cujo objetivo era a denúncia.³⁸ Ou seja, a própria dinâmica do exílio no país foi diferente para as três: Ana e Carmen na reestruturação de uma vida “normal” e Yara, num primeiro momento focando na denúncia. A partir de 1975, a dinâmica se ampliou: as publicações se concentraram na produção de

³³ Ribeiro, 2018.

³⁴ Kreuz, 2020.

³⁵ Schilling, 2015: 997.

³⁶ Schilling, 2015.

³⁷ Ana, como mencionado, já estava com trabalho mesmo antes da chegada, tendo em vista os contatos com a equipe de Niemeyer.

³⁸ Gouvêa, 2019.

dossiês sobre o Brasil (Amazônia, questão nacional), aulas na Universidade de Argel, inicialmente no Instituto de linguística e depois no de psicologia, assim como no cuidado com os dois filhos pequenos.

É bastante provável que essa facilidade para que mulheres estrangeiras trabalhassem no país deu-se em virtude da carência de técnicos com nível superior, depois da escassez derivada da saída em massa dos franceses após o término da guerra de libertação. Contudo, é importante pontuar que profissionais de outras nacionalidades também lá estavam como cooperantes, com incentivo do governo. Carmen, rememorou com entusiasmo essa possibilidade:

Eu falei que eu era farmacêutica bioquímica. “Ué, mas aqui não tem fábrica de medicamentos”. (...) “Você é farmacêutica, você sabe trabalhar em laboratório”. Falei “Não sei, mas eu aprendo”. Um cara que estava animado com a guerra de libertação, queriam construir. Queriam construir um laboratório da pediatria ali. (...) Eu fiquei muito entusiasmada. Eu fui indo junto com eles... falei “Bom, o que eu não pude fazer lá eu vou fazer aqui”. Tinha minhas reuniões... políticas.”³⁹

É importante pontuar que, mesmo após se desligar da sua organização, a narradora seguiu pensando a política brasileira, embora à distância. Contudo, não se vinculou mais a nenhum grupo, inclusive posteriormente no retorno. Ana Angélica também rememorou a facilidade em se integrar: *“Eu acho que pra quem se integrou mesmo, queria descobrir o país... porque se você tá se integrando na produção do país... tinha muita coisa pra fazer. E eles davam muito espaço pra gente fazer.”⁴⁰* Ou seja, havia demanda e espaço. Contudo, nesse momento precisamos fazer uma reflexão: os relatos não apontam uma completa integração com a sociedade argelina. O que podemos perceber são contatos pontuais, como as crianças que brincavam na vizinhança, pois iam à escola francesa, as idas a restaurantes, alguns contatos profissionais, dentre outros. A convivência se dava, em maior medida, entre a comunidade exilada, que no caso brasileiro era pequena, bem como com cooperantes de outros países considerados ocidentais. Ou seja, o mundo árabe muçulmano muitas vezes permanecia distante. Carmen relata um episódio em que esteve integrada e não compreendeu os códigos da sociedade:

³⁹ Vale, 2019.

⁴⁰ Melo, 2019.

A primeira vez, o primeiro momento... a gente é muito besta. O primeiro casamento que eu fui... como eu te falei eu fiz amizades e o povo me chamava pras festas. O primeiro casamento que eu fui era um cara que era do partido... muito simplório... mas querido, tinha contatos com a gente. E quando eu cheguei no casamento, as mulheres começaram a fazer aquele “uhuhub”. Cê já escutou? Menina, eu achei que elas tavam chorando, porque a menina ia casar com um cara e não conhecia o cara. Eu falei mas que coisa triste, que coisa horrível essa sociedade. Fiquei assim, apavorada. E ele lá alegre e tal. Depois, me convidaram, mais tarde, pra uma festa de casamento em outro, mas aí... um casamento mais rico e tal... de casamento... e eu fui. Aí, menina, aquelas senhoras com aquelas roupas lindas, sabe, com bijuterias e tudo, só mulheres. Uma, a bonita, que dançava aquelas danças... elas alegres e tal. O ‘uhuhub’ era de alegria. Eu falei “o hubub” é de alegria! Uma alegria!

Aquelas, que eram realmente infelizes, eram aquelas que não tinham mais a cultura de lá, que tinham assimilado a cultura do ocidente, mas que não podiam viver como no ocidente lá. É tudo relativo.⁴¹

Segundo a concepção inicial de Carmen o casamento era a concretização da submissão feminina, o que só foi alterado com a segunda experiência. A mesma reflete que as maiores dificuldades eram em relação às mulheres que já haviam passado por um processo de mudança cultural, pois não conseguiam se colocar enquanto ocidentais naquela sociedade. Podemos pensar também no viés de classe social que permeia a sua fala, pois sua compreensão sobre a dinâmica do evento só mudou quando esteve em um considerado mais rico. Flavia Schilling⁴² afirma que: “Exilado é aquele que não conhece os códigos, que, muitas vezes sem querer, quebra os códigos. Exige-se, assim, de todos um grande esforço de contenção, de atenção, de alerta.” Ou seja, a compreensão das diferentes sociedades acontece, muitas vezes após anos de convívio, mas é necessário estar alerta para tal. Ana Angélica refletiu sobre a integração, daqueles que estavam dispostos:

O cotidiano era o seguinte... era uma questão, primeiro de abertura da pessoa para o povo, para a cultura, pra você se integrar nesse país. Muita gente não conseguiu viver a Argélia. Primeiro porque, uma coisa muito crítica sobre a política interna e externa da Argélia. A política externa da Argélia era muito mais avançada do que a política interna. Eu acho que o Boumedienne tinha vontade de abrir muito mas não podia dar esse espaço grande, sabe? Cada passo que ele dava assim, na política externa... ele as vezes tinha que fazer concessões ao pessoal mais conservador, sabe? Na interna. Porque... na época que eu morei

⁴¹ Vale, 2019.

⁴² Schilling, 2015: 996.

as moças não usavam véu, iam pra faculdade, conviviam com rapazes. Era vida ocidental. Mas quanto mais ele na, parte externa, ele ia se tornando, se libertando mais... da aproximação soviética, que Ben Bella era mais ligado... aí ele fazia concessões ao lado mais muçulmano, sabe? (...) arabizavam o ensino.⁴³

Ana fez uma análise da realidade argelina a partir da política interna e externa, afirmando que muitos não conseguiram viver o país em função do fechamento à experiência. É pertinente supor que essa atitude está relacionada a própria condição de exílio de muitos sujeitos, pois, num primeiro momento, se imaginava que o retorno para o Brasil aconteceria em breve. Ou seja, não haveria sentido em se inserir em uma sociedade tão díspar como a argelina. Flávia Schilling⁴⁴ afirma que “*Exílio é viver olhando para fora; é a vivência de um tempo que se espera que seja breve; é a vivência constrangida de um tempo que passará, como uma febre.*” Podemos pensar também na “síndrome das malas prontas”, em que os exilados estão sempre prontos para voltar. Concluímos que esse aspecto foi mais presente enquanto a resistência armada ainda era uma perspectiva para os militantes brasileiros e, após o golpe no Chile, as esperanças de um retorno em breve, definitivamente ruíram. Assim, é muito difícil elaborar padrões explicativos para as vivências exilares, já que as mesmas possuem muitas variáveis, como uma total adaptação ao destino, incompleta ou inexistente.

Yara rememora a incompreensão dos “40” quando chegaram à Argélia:

O tempo passado em Ben Aknoun é também suficiente para Sônia sentir que há certa intolerância entre seus compatriotas pelo povo que os acolhe. Com exceção de Miguel Arraes, a maioria se sente incomodada por tudo, mas não se dispõe a uma compreensão histórica daquela sociedade tão distante da vida brasileira em seus usos e costumes e tão próxima pelo subdesenvolvimento e pela miséria.⁴⁵

Ou seja, não haveria desejo, por parte de muitos, de compreender aquela sociedade. Percebemos que a duração do período exilar fez com que essa interação ocorresse ou não. Ela segue na reflexão sobre o período:

Não teve nenhum momento de facilidade... a década passada em Argel. Primeiro porque eu chego muito jovem e sozinha. Absolutamente só. (...) Não era fácil ser muito jovem. Eu andava como ando hoje... de calça comprida. Não falei do assédio. (...) Assédio direto... eu punha o pé na rua... nossa... não conseguia dar

⁴³ Melo, 2019.

⁴⁴ Schilling, 2015: 997.

⁴⁵ Gouvêa, 2007: 46.

dois ou três passos... vestida daquele jeito... imagina sem véu, daquele jeito. Muito duro, mas eu aguentei. (...) Além do mais, a sede da FBI ficava no bairro da Casbah, a famosa Casbah de Argel. Era um bairro tipicamente argelino. (...) Então com os recursos que tínhamos, tínhamos alugado umas salinbas na Casbah. Uma extraterrestre.⁴⁶

A localização do bairro em que a sede da FBI estava fazia com que Yara circulasse desacompanhada pelo bairro considerado tipicamente argelino, em que sua forma de ser era considerada estranha e fazia com que sofresse assédios dos diferentes tipos. Ela afirma que, para conseguir entrar em algum restaurante precisava da companhia de um amigo, que se deslocava para acompanhá-la, tendo em vista a o incômodo, derivado do assédio, que essa situação lhe causava. Esse elemento não aparece nas outras narrativas e podemos supor que Carmen e Ana circulassem em locais da cidade, cujo desconforto não era tão sentido. Ana, inclusive, viajava sozinha pelo país a trabalho, acompanhando a construção de obras. Sobre a produção do boletim, Yara menciona o eficiente sistema de comunicação que foi montado:

Eu recebia toda a imprensa brasileira, todas as revistas brasileiras. Isso do lado da imprensa. Nós tínhamos criado uma rede de informações que vinha do Brasil... impressionante. Im-pres-si-o-nan-te. E chegava. As vezes, torturas bárbaras que tinham ocorrido no DOPS, em São Paulo, me chegavam em 2, 3 dias. Pelos canais. Todas fontes fidedignas. Nós nunca publicamos uma informação que não tivesse fundamento. Tudo tinha fundamento. Imagine, ficar recortando e colando em papel sulfite, eu batendo o boletim no mimeógrafo. Rodando até altas horas da noite no mimeógrafo. Esperando o dia amanhecer pra eu sair na rua... porque não ia sair de noite né. Voltar pro quarto onde eu morava. Enfim... essa foi a minha vida.⁴⁷

Yara resume a sua vida no exílio argelino como um constante denunciar da ditadura brasileira, vivendo em função da mesma, quando inclusive necessitava ficar no espaço do periódico para não sair à noite desacompanhada. Contudo, ela e Ana Angélica foram mães no período do exílio, ou seja, construiu também outras formas de relações. Ela teve um companheiro marroquino, também exilado e condenado a morte no seu país. Na sua obra de memória, afirma:

⁴⁶ Gouvêa, 2019.

⁴⁷ Gouvêa, 2019.

Mundo contrastante é o que Omar lhe apresenta, com sua brilhante civilização e suas aberrações, cujo grande ônus é pago pelas mulheres. Mundo de homens e para homens. Sônia começa a compreender o que é ter um companheiro árabe. Você sabe a que horas ele sai de casa, mas nunca a que horas ele vai voltar.⁴⁸

Na sua compreensão havia uma contradição evidente entre o brilhantismo da cultura e a relação com a situação das mulheres. É evidente que essa análise é permeada pela sua vivência enquanto pertencente a uma cultura diferente, e que muitas vezes se coloca como modelo a ser seguido.⁴⁹ Afirma ainda que o processo de gravidez foi extremamente solitário e, que ante a ausência de profissionais da área médica habilitados, a experiência traumática:

Quando dei a luz ao meu primeiro filho, quase morri. Foi uma coisa assim... terrível... que a um momento dado eu disse “Não falo mais, porque eu não quero traumatizar meu filho”. Mas o médico chegou a dizer para o pai do meu filho “Quem é que você quer que a gente salve, a mãe ou o filho?”⁵⁰

Mesmo com as dificuldades, ambos sobreviveram e Yara teve mais uma filha. As duas crianças ficaram por muitos anos sem registro de nascimento, em virtude da condição de seus pais. O problema do registro dos filhos também foi enfrentado por Ana Angélica:

Quando meu filho nasceu, o primeiro nasceu, eu fui pra embaixada registrar meu filho. 71. Ele é de 17 de janeiro de 71. Aí eu fui registrar ele e tinha o papel da maternidade dizendo que era meu filho e de Maurílio. Aí eu fui com esse papel e fui registrar. Aí disseram “Bom, a senhora vai registrar, mas pra botar o nome de seu marido, ele vai ter que vir aqui. Eu disse “Ele não pode vir aqui porque aqui é território brasileiro”. Porque se ele fosse ele poderia ser preso ali. “Aí então infelizmente a gente não pode dar”... Eu fiz uma briga lá, briguei, briguei... nada, nada e nada.⁵¹

Após uma longa negociação o registro foi realizado sem a presença do pai, que poderia ser preso, mas com a assinatura de duas testemunhas, funcionários da própria representação diplomática⁵². Pelas evidências percebe-se que a ditadura, para

⁴⁸ Gouvêa, 2007: 70.

⁴⁹ Essa incompreensão é ainda reproduzida atualmente em muitos locais. Para maiores informações sobre essa construção, como já mencionado, consultar Said (1990).

⁵⁰ Gouvêa, 2019.

⁵¹ Melo, 2019.

⁵² Além da incompreensão diplomática percebemos a cultura patriarcal na legislação da época acerca do registro de nascimento, quando só era possível que o pai realizasse o ato.

além da perseguição aos genitores, também cerceava o direito à nacionalidade das crianças filhas de exilados.⁵³ Yara rememora o episódio em que, além do registro, intentava conseguir um passaporte:

Eu também fui e solicitei o meu passaporte. Eu tinha acabado de ganhar a causa do registro e tinha conseguido ter a certidão de nascimento dos meus filhos... que até então eu não tinha conseguido. Meus filhos eram apátridas. Eles não registravam meus filhos. A primeira vitória foi ter conseguido registrar os meus filhos. Daí eu disse, "Bom, vamos ver". E eu recebi um passaporte válido somente para Argel. Argel... nem sequer a Argélia.⁵⁴

Percebemos a ironia contida no passaporte recebido por Yara em meados de 1977, pois mesmo que ela estivesse em posse do documento, não teria o direito de sair do país. Isso só aconteceu após a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, quando a maior parte dos exilados pode retornar ao Brasil. É importante frisar que, a partir das evidências encontradas após a análise da documentação diplomática brasileira e do CIEEx, não foi possível identificar uma ação repressiva direta atuante em território argelino, embora a embaixada pudesse ser um centro de monitoramento, como Yara também afirmou:

Eu sempre tive a impressão de que, se havia alguém da polícia brasileira em Argel, ela devia estar na embaixada apenas com a função de informante para o governo militar. Apenas pra passar as informações. Eles talvez não conseguissem fazer o trabalho que eles faziam em outros países, como na Itália, como na França em certa medida. Eles não conseguiam.⁵⁵

Nesse momento é importante pontuar que a Argélia, enquanto destino de exílio, caracterizou-se como um local em que a segurança era característica sentida pelos que lá estavam, talvez pela dificuldade da permanência dos órgãos de monitoramento no país. Contudo, essa sensação deve ser relativizada, tendo em vista que muitos exilados lá se mantiveram clandestinos, bem como havia a presença da CIA e órgãos

⁵³ Esse elemento é presente nas narrativas de brasileiros em diferentes países. Percebe-se que o Ministério das Relações Exteriores também participou ativamente da perseguição aos exilados, assim como manteve muitas crianças apátridas, em virtude da negativa de realizar os registros. Crianças também foram banidas após os sequestros de autoridades diplomáticas e também ficaram sem registro. Ou seja, para o Terror de Estado crianças também poderiam ser subversivas. Para mais informações sobre o tema, consultar a obra *Infância Roubada*, publicada pela Assembleia Legislativa do estado de São Paulo.

⁵⁴ Gouvêa, 2019.

⁵⁵ Gouvêa, 2019.

de inteligência de outros países, que poderiam realizar trocas com a ditadura brasileira. Embora as relações diplomáticas entre o Brasil e o país magrebino tenham se mantido, a presença e ação de brasileiros foram, em alguns momentos, motivo de atrito.

Yara, entre as três (3) narradoras foi a que manteve a militância durante todo o exílio, afinal, sua saída do Brasil teve esse elemento como objetivo central. Com a derrota do projeto revolucionário das organizações armadas, passou a atuar para além da denúncia do que ocorria em território nacional. Em meados de 1972, ao ter contato com Simone de Beauvoir Yolanda Cerquinho da Silva Prado, mais conhecida por Danda Prado, militante feminista e exilada na França, sensibilizou-se com as questões levantadas pelo chamado “feminismo de segunda onda”. Enquanto esteve na Europa participou de inúmeras ações feministas e, quando na Argélia, correspondia-se com Danda via cartas,⁵⁶ de forma que esta incentivou-a a criar um grupo de reflexão para mulheres argelinas, embora não tivesse tido sucesso, como rememora:

Olba, ela [Danda Prado] queria muito que eu formasse um grupo em Argel e eu falei pra ela das dificuldades. Em Argel eu consegui fazer muito pouco, muito pouco... você já imagina a dificuldade de ser mulher em Argel, quanto mais querer levar aquelas lutas que nós estávamos tentando levar ao nível do mundo desenvolvido como na França, Estados Unidos.⁵⁷

Novamente percebemos a tentativa de transpor a luta das mulheres que se desenrolava em alguns países da mesma forma para a sociedade argelina, o que não apresentava resultados. Assim, a atuação de Yara restringiu-se a colaborar com textos que foram publicados em alguns periódicos feministas que circulavam sobretudo entre a comunidade exilada na Europa, como o *Nosotras*. Além disso, já nos anos finais do seu exílio e após a Revolução dos Cravos em Portugal, foi responsável pela instauração da embaixada desse país em Argel. Percebemos assim uma intensa circulação por diferentes locais, embora o político fosse um eixo condutor.

Percebemos, a partir das narrativas, que o exílio de Ana e Carmen esteve voltado para tentativas de tentar manter uma vida nos moldes considerados normais em

⁵⁶ Uma análise aprofundada dessa relação podemos encontrar em Rosa (2013).

⁵⁷ Gouvêa, 2019.

território argelino: com o trabalho, filhos (no caso de Ana) e socialização sobretudo entre os exilados. Carmen afirma que:

Eu estudava noite e dia. Não tinha tempo pra ficar chorando exílio não. Se eu não estudasse não ia aprender a fazer os trem. (...) Eu não tinha muito tempo de ficar reclamando da vida, não. Sabe? Porque eu tinha muito serviço. Tinha de fazer plantão. (...) Eu não lembro da Argélia com tristeza, não. Não era as mil maravilhas, mas não foi a pior época que eu passei na minha vida. Eu não tinha muito tempo pra ficar sentindo muita coisa. Sei lá, a gente vai construindo outras coisas.⁵⁸

Nota-se a importância dada ao trabalho como uma estratégia de “não ficar chorando o exílio”, como aponta que muitos faziam. Sua perspectiva de memória sobre sua trajetória *a posteriori* analisa que, mesmo com todas as dificuldades, o período na Argélia não foi a pior época da vida. Após passar alguns anos na clandestinidade, a perspectiva de “construir outras coisas” foi a forma de lidar com a desenraizamento. Ana também tem uma memória positiva: *“Eu não me sentia fora do meu país não. Se eu tivesse que passar mais 10 anos eu passaria. Eu me integrei muito. Gostava muito da Argélia.”⁵⁹* Podemos supor que essa integração também esteve relacionada muito com o trabalho, embora em 1975 houve um plano de mudança para Angola recém-independente, o que acabou não acontecendo.

Já para Yara foi um período muito difícil, sobretudo por estar vinculada a esse trabalho de denúncia transnacional, articulado ao fato da sua família, durante 2 (dois) anos ficar sem notícias suas, tendo, inclusive, realizado seu luto. Contudo, avalia a experiência como formadora da sua personalidade e compreende seu trabalho como fundamental para a resistência à ditadura.

O retorno ao Brasil

A volta, quando é possível, é acompanhada por uma pergunta: voltamos ou ficamos? Muitos ficam. Passam da condição de exilados para a de cidadãos dos

⁵⁸ Vale, 2019.

⁵⁹ Melo, 2019.

*novos países. Podemos continuar e problematizar: volta-se? Volta-se para um lugar físico, geográfico. Nada mais é igual, claro.*⁶⁰

O tema do retorno do exílio ainda é pouco analisado pela historiografia brasileira. Pode-se pensar que a volta seria o fim do exílio. Em muitos casos foi um novo começo: a conjuntura do país havia mudado substancialmente, assim como as pessoas. As famílias dos mortos e desaparecidos buscavam respostas e, em muitos casos, até hoje não as tem. Da mesma forma a reinserção profissional: mesmo com a formação muitas vezes obtida no exterior, readaptar-se ao Brasil foi complexo. As crianças também sentiam: não se consideravam pertencentes a nenhuma pátria. Ana rememora o diálogo que teve com um dos filhos, que mostra a confusão que se colocava para uma criança:

Meu filho, o mais velho, um dia... quando a gente ainda tava deitado... ele bateu na porta e disse que queria falar com a gente. A gente mandou ele entrar. Ele disse “Eu vim falar com vocês”. Ele tava bem assim... agitado. Aí “O que é filho?”. Ele disse “Eu não dormi direito de noite”. – “O que foi que houve?”. Você nunca espera... Ele “Eu tava pensando nos problemas que eu tenho”. Um menino de 7 anos né... problemas. “O que é, filho?”. Ele disse: “Eu tenho 3 problemas muito grandes. Sabe o que? Eu nasci na Argélia e não sou argelino, eu estudo na escola francesa e não sou francês e eu sou brasileiro e não conheço o Brasil. E eu tava pensando a noite todinha que tem uma coisa que eu posso fazer... eu posso resolver.” - “O que é filho?”. “Eu quero conhecer o Brasil. Eu quero ir pro Brasil”. Aí a gente disse... “Você não pode... o Brasil não é perto... você só tem 7 anos, vai sentir saudade, a gente não vai estar lá.” “Eu pensei nisso tudinho, eu tenho muito medo, mas eu quero”. Aí a gente viu que tinha que mandar ele né.”⁶¹

Podemos perceber que, mesmo durante a década no exílio, a perspectiva do retorno era presente, tendo em vista que as crianças, assim como os filhos de Yara, foram alfabetizados na escola francesa. Ana, Carmen e Yara puderam retornar depois da promulgação da Lei da Anistia, em agosto de 1979. Ana voltou definitivamente, enquanto Carmen e Yara faziam viagens com o objetivo de terminar com algumas tarefas. O próprio retorno era cercado de medos: havia a presença de autoridades policiais no aeroporto, de maneira que um advogado deveria estar presente para evitar quaisquer contratemplos.

⁶⁰ Schilling, 2015: 997.

⁶¹ Melo, 2019.

Carmen, que estava fazendo um curso na Suíça, veio para o Brasil por um curto período, retornando para a Argélia terminar o trabalho no laboratório em que trabalhava na Universidade de Argel. Após, morou na Suíça e no Peru, embora viesse todo ano no período de férias. Retornou em definitivo somente em meados dos anos 1990, e relata que teve muitas dificuldades em se inserir profissionalmente. Sobre a sua chegada em 1979 rememora:

Eu não queria que ninguém fizesse aquela confusão que tava fazendo no aeroporto, de ser recebido. Eu fiz mobilização, não fiz nada de mais especial que ninguém. Então eu queria chegar tranquila. Cheguei tranquila. Avisei minha família que vinha. Peguei meu ônibus, cheguei na minha cidade, aí foi uma festa... nossa mãe.⁶²

Já Yara veio para o Brasil com a incumbência, dada por Miguel Arraes, de realizar contatos com membros do MDB, pois era de interesse do ex-governador formar uma frente ampla de oposição à ditadura: “Na verdade eu vim... Miguel Arraes tinha muito receio de voltar... e ele queria saber das possibilidades dele retomar uma atividade política aqui no Brasil. (...) Daí ele tinha pedido que eu tomasse contato com o MDB.”⁶³ O retorno definitivo de Yara para o Brasil só aconteceu em 1987, quando, a convite de Arraes se filiou ao Partido Socialista do Brasil (PSB), no qual o líder pernambucano também já estava. Antes disso, residiu no Marrocos, onde trabalhou em uma Universidade e acompanhava o desenrolar da política brasileira. É importante pontuar que, mesmo com a anistia e o processo de abertura em curso, o término da ditadura não era algo concreto, tendo em vista que alguns setores militares discordavam da forma com que as circunstâncias se desenrolavam. Ou seja, era um processo incompleto. Ela afirma que não voltou imediatamente pois: “Primeiro, pra eu guardar esses contatos todos que eu guardava, inclusive na França... e todo esse trabalho que eu fazia, mantendo aqueles vínculos inclusive de apoio... e guardando os apoios partidários... vendo o desenrolar da situação no Brasil.”⁶⁴ Ou seja, Yara estabeleceu uma espécie de retaguarda para que, caso a abertura

⁶² Vale, 2019.

⁶³ Gouvêa, 2019.

⁶⁴ Gouvêa, 2019.

retrocedesse, uma mínima estrutura de denúncia estivesse mantida⁶⁵. Essa incerteza sobre o processo também foi rememorada por Ana:

Quando a gente avisonou que ia voltar... dei aviso prévio aquelas coisas... aí eles... quando fomos pegar a passagem... tinha a minha, de Maurílio de meus filhos... ida pro Brasil e volta do Brasil pra Argélia. Aí a gente disse “Não, a gente tá indo de vez”. E eles disseram “Não, vocês... ainda é ditadura lá e vocês não sabem o que espera vocês. Se vocês chegarem lá e virem que essa ida foi um erro... vocês voltem.” (...) O momento em que vocês passarem dificuldades, vocês saibam que são um pouco argelinos... vocês tem dois filhos argelinos... porque a gente teve os filhos lá né.”⁶⁶

Ou seja, a volta, além do componente relacionado à felicidade pessoal, foi carregada de tensão, tendo em vista que, como já mencionado, o curso dos eventos ainda estava incerto e eventuais retrocessos ainda poderiam ser sentidos.

Percebemos que o processo de retorno não foi simples, tendo em vista o tempo decorrido, as incertezas sobre o que aconteceria no Brasil e as novas configurações da vida pessoal causadas pelo exílio. Para Carmen e Yara a pergunta “Por que voltar” foi constante, de forma que somente alguns anos depois, ocorreu o retorno definitivo. No caso de Ana, mesmo afirmando que houve a integração com a sociedade, não houve a hesitação para o retorno.

Considerações finais

O presente texto buscou apresentar, de maneira breve, a experiência de três mulheres brasileiras que passaram um período do seu exílio vivendo na Argélia: Ana Angélica, Carmen e Yara. As três saíram do Brasil em virtude da perseguição direta, como Carmen e Yara, ou indireta, no caso de Ana, decorrente da ditadura civil-militar implementada em 1964. As três possuem alguns elementos em comum nas suas trajetórias: vindas de uma classe média, acessaram à universidade na década de 1960 e tiveram contato com o movimento estudantil, de forma que Carmen e Yara

⁶⁵ É importante pontuar que os órgãos de monitoramento dos considerados perigosos ainda continuaram em funcionamento. O dossiê sobre Miguel Arraes, por exemplo, continuou a ser alimentado até 1987, ou seja, mesmo já durante o período considerado democrático.

⁶⁶ Melo, 2019.

participaram ativamente de diretórios estudantis, sendo Yara ainda presa no Congresso de Ibiúna.

A saída do Brasil se deu em momentos distintos: Ana e Yara no final da década de 1960 e Carmen em 1973, quando a luta armada já havia sido quase completamente dizimada. O país africano foi um destino de exílio possível naquele momento, em virtude da sua política de recepção a militantes de inúmeros países, com destaque para os do então chamado Terceiro Mundo, sobretudo os que tinham propósitos de mudanças na estrutura social das suas nações. No caso brasileiro, a presença de Miguel Arraes foi determinante para que as três exiladas, embora em momentos distintos, se deslocassem para o país. O estatuto de Arraes ante o governo argelino fez com que o mesmo fosse responsável pela ida de dezenas de brasileiros para tal destino, então considerado um refúgio para a esquerda internacional. Ou seja, ele foi o principal responsável pelo exílio de brasileiros no país magrebino.

Carmen e Yara possuíam uma militância no Brasil e, antes de chegar na Argélia passaram por outros países. Já Ana, cuja saída se deu em função da ação de seu marido, então deputado federal, foi direto para o território argelino, onde permaneceu por praticamente uma década, até o retorno. O exílio no continente africano, para as três narradoras, também foi um espaço de atuação profissional: Ana e Carmen trabalharam todo o período em que lá estiveram em empresas vinculadas ao governo. A primeira como arquiteta, responsável pela construção de inúmeras obras governamentais, e a segunda como farmacêutica e bioquímica, sendo responsável inclusive pela instalação de um laboratório na Universidade de Argel. Nos primeiros anos do exílio de Yara, esta concentrou-se na elaboração de estratégias de denúncia da ditadura brasileira, sobretudo a partir dos boletins da FBI, cuja publicação era de sua responsabilidade. Na sequência também trabalhou na Universidade e na instalação da embaixada de Portugal no país, após a Revolução dos Cravos. A atuação política de Carmen se restringiu à participação em algumas reuniões para a discussão da realidade brasileira, como mencionou.

As três entrevistas incorporaram, em maior ou menor medida, elementos de gênero nas suas narrativas: Yara ressaltando as dificuldades de ser uma mulher inicialmente solteira e não se adequar aos códigos culturais da sociedade e o posterior estranhamento em relação ao companheiro marroquino. Carmen e Ana retratam o

estranhamento, mas é possível afirmar em que os espaços em que circulavam não levantaram tanto o questionamento. Ou seja, a incorporação na sociedade não ocorreu de maneira plena.

Assim, ante o exposto, compreendemos que o exílio dessas três mulheres impôs sofrimento e uma mudança completa nas suas vidas, atingindo todos os aspectos, de forma que é um objeto de análise poliédrico, ou seja, que impõe a necessidade de múltiplos olhares. Intentamos realizar um deles, afirmando que o mesmo não se esgota no escopo de um artigo. Ainda se faz importante afirmar que é imperioso que o exílio e suas múltiplas análises sejam inseridos na historiografia da ditadura, tendo em vista que os efeitos da mesma também foram sentidos, de diferentes formas, entre aqueles que tiveram que sair do país, de forma em que atuaram, a partir do campo de possibilidades apresentado, para que a ditadura acabasse.

FUENTES

Éditas

Gouvêa, Y. y Birck, D., 2007, *Duas Vozes*, Editora de Cultura, São Paulo.

Inéditas

Gouvêa, Yara Regina, 2019, 18/02, entrevista com autora, Brasília, DF, Arquivo de áudio: 3 horas e 18 minutos.

Melo, Ana Angélica Lins de Albuquerque e, 2019, 20/07, entrevista com autora, Recife PE, Arquivo de áudio: 2 horas e 31 minutos.

Vale, Carmen Helena Barbosa do. Governador Valadares, 2019, 26/02, MG: entrevista com autora, Arquivo de áudio: 1 hora e 49 minutos.

BIBLIOGRAFÍA

Alves, M. H. Moreira, 1985, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Vozes, Petrópolis.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Comissão da Verdade Rubens Paiva, 2014, *Infância Roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. ALESP, São Paulo.

Cruz, F. L., 2010, “Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979).” Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Davis, Â., 2016, *Mulheres, raça e classe*. Boitempo, São Paulo.

Gorender, J., 2014, *Combate nas Trevas*. Expressão Popular, São Paulo.

Jensen, S., 2011, “Exílio e historia reciente. Avances y perspectivas de un campo en construcción” en *Aletheia*, vol.1, número 2.

Kreuz, D. Strieder, 2021, “Del infierno al paraíso: el destierro de presos políticos brasileños a Argelia en 1970” en *Revista de Historia y Geografía*, v. 2, pp. 103-128.

Padrós, E. Serra, 2005, *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil Militar*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Padrós, E. Serra, 2014, “Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional.” In: Gallo, C. A.; Rubert, S. (orgs.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Editora Deriva, Porto Alegre, pp. 13- 36.

Penna Filho, P., 2008, “Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): O elo perdido da repressão”, en *Acervo*, v. 21, nº2, pp. 79-92.

Pollak, Michael, 1989, “Memória, Esquecimento e Silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, p. 3-15.

Rago, M., 1998, “Descobrimos historicamente o gênero”. *Cadernos Pagu*. Campinas, v.11, p.89-94.

Resende, P. de Almeida, 2019, *Ser um embaixador não é um mar de rosas: o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969*. Tese. (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo.

Ribeiro, M. C. Badan, 2020, “Deslocamento político e ativismo revolucionário: a experiência das mulheres exiladas brasileiras”, en *Revista de la Red de Intercâmbios de Historia de América Latina Contemporânea*, Córdoba, nº 13, pp. 99-125.

Ribeiro, M. C. Badan, 2018, *Mulheres na Luta Armada: protagonismo feminino na Ação Libertadora Nacional*, Alameda, São Paulo.

Ribeiro, M. C. Badan, 2014, “Militância e Exílio: as trincheiras subterrâneas de Luta.” *II Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX*, FAHCE-UNLP/FHCE-Udelar, Montevideu.

Rosa, S. Oliveira da, 2013, *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante.”* Intermeios; Fapesp, São Paulo.

Said, E., 1990, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras, São Paulo.

Schilling, F., 2015, “Entre memórias, entre arquivos: por que não falar sobre o exílio?” en *Estudos Feministas*, Florianópolis, 23(3): 406, pp. 991-999.

Scott, Joan, 1995, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” em *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp.71-99.

Sznajder, M.; Roniger, L., 2013, *La política del destierro y el exilio en América Latina*. Fondo de Cultura Económica, México.

Silva, C. L., 2020, “Sequestros e terrorismo de Estado no Brasil: casos de resistência revolucionária”, en *Izquierdas*, Vol. 49, pp. 1646-1669.

Yazbek, M., 2010, *A revolução argelina*. Ed. UNESP, São Paulo.